

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/6330</b>	<b>9660/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação - Rua João Paulo II, Priscos</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DU - [INTERNO]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DECISÃO

**Processo:** 4962/2026

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

**Assunto do Processo:** Licenciamento de obras de edificação - 1/2023/7156/0 - PRISCOS, RUA JOÃO PAULO II

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/6178 de 24 de Fevereiro de 2026.

### RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

### Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**PROCESSO:** 4962/2026

**REGISTO DE ENTRADA:** 2026-E-RE-4238

**REQUERENTE:**

**LOCAL DA OBRA:** Rua João Paulo II Freguesia de Priscos

**ASSUNTO:** Licenciamento de obras de edificação - 1/2023/7156/0

DU - DGPU [GP9]

**INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

**1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO**

O requerente, através do registo de entrada n.º 2026-E-RE-2331, de 29/01/2026, apresenta documentação, “com junção de elementos” que visa dar resposta ao despacho 2026-1849 de 03/02/2026 referente ao pedido de **projetos das especialidades**, relativos à obra de à construção de um pavilhão composto por dois volumes para o uso de armazém, sendo a atividade principal a de armazenamento de matérias primas, a levar a efeito no prédio sito na Rua João Paulo II, freguesia de Priscos que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 85/19931020, inscrito na matriz de natureza rústico sob o artigo n.º 638

**2. ANÁLISE**

**2.1. Projeto de arquitetura**

2.1.1. O projeto de arquitetura, encontra-se aprovado de despacho 2025-14108 de 30/09/2025.

**2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica**

2.2.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica**

2.3.1. Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto.

2.3.2. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.4. Projeto de abastecimento de água**

2.4.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.4.2. O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-6815 de 30/01/2026.

**2.5. Projeto de águas residuais**

2.5.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

2.5.2. O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do resisto 2026-S-RE-6815 de 30/01/2026.

**2.6. Projeto de águas pluviais**

2.6.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.7. Projeto de infraestruturas de telecomunicações**

2.7.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.



**2.8. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético**

2.8.1. Apresentou o pré-certificado energético, SCE393999547, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

2.8.2. Apresentou elementos a solicitar a isenção.

**2.9. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)**

2.9.1. Apresentou elementos a solicitar a isenção.

**2.10. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios**

2.10.1. Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios.

**2.11. Projeto de condicionamento acústico**

2.11.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.12. Projeto de arranjos exteriores**

2.12.1. Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**3. PROPOSTA**

Analizados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**3.1.** Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de licenciamento** de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades;

**3.2.** Após informação superior e despacho, deverá notificar-se o requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

**4. INICIO DOS TRABALHOS**

De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [GP9]

**DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE**

